

BO LE TIM DA REDE

UMA PUBLICAÇÃO
DO SIND-REDE/BH
ED. 152

CAMPANHA SALARIAL 2019

É hora de arrancar os reajustes
do Piso Nacional da Educação

Os trabalhadores da Rede Municipal de BH exigem reajuste pelo índice do piso do magistério, em 2019, para jornada de 22h30 horas, com recomposição dos anos anteriores para o nível 1 da carreira de magistério.

Pag. 4 e 5

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



**QUEREM QUE VOCÊ
TRABALHE ATÉ MORRER**

Bolsonaro e Guedes querem implementar o Sistema de capitalização individual, não podemos aceitar isso.

Pag. 7

TEMPO DE PLANEJAMENTO



A luta da categoria pelo cumprimento do tempo de planejamento dentro da jornada de trabalho completou 10 anos.

É preciso conquistar de vez as 7 horas de planejamento para garantir uma educação de qualidade.

Pag. 3

CATEGORIA



Saiba mais sobre os pagamentos atrasados, férias prêmio, progressões na carreira e avaliação de desempenho.

Pag. 6

(31) 3226-3142
www.redebh.com.br
fb.com/sind.rede



Unidade para defender a educação e avançar na conquista do piso

APÓS DOIS ANOS de governo Kalil (PHS) é preciso fazer um balanço da relação desta prefeitura com a educação da cidade.

Se por um lado, a força da luta da categoria conseguiu arrancar vitórias importantes, enfrentando a truculência de seguranças na Câmara e até trombas

“Para nossa categoria não há saída que não seja a intensificação de nossas lutas e mobilizações

d'água e a Polícia Militar, como os 4 níveis e autonomia das escolas na Educação Infantil; a regulamentação da pós-graduação à distância; a redução de 10 para 5 anos no tempo para ter direito a férias prêmio; desvinculação da nota da avaliação de desempenho para progressão; fim dos 180 dias para o pagamento de progressão; dois acordos coletivos assinados para os trabalhadores do Caixa

Escolar; o adiamento da votação da Reforma da Previdência de Temer; e um longo etc.

Por outro lado, Kalil aplicou uma série de ataques que obrigou a categoria a sair em defesa de seus direitos, como a proibição de venda de férias prêmio e, mais recentemente, a dificuldade do gozo, com a não possibilidade de dobra; a limitação da licença para acompanhar familiares doentes; a averbação de tempo para fins de quinquênio e a ameaça de demissões entre os trabalhadores terceirizados.

Conseguimos resistir e avançar em várias destas pautas. Mas, no eixo central da valorização, o salário, ainda é preciso intensificar a luta para derrotar a política de achatamento salarial de Kalil. Sem enfrentar esse tema, a educação de BH está fadada a um desmonte cada vez maior.

A nível estadual, com o Governo Zema (Novo) e nacional com Bolsonaro (PSL), o que se desenha são ataques aos direitos trabalhistas e aos bens públicos de todos os cidadãos. O primeiro mês do governo Bolsonaro foi de muitas declarações e ações feitas e desfeitas, mas

sempre na mesma direção: o ajuste fiscal. Menos direitos aos trabalhadores, ataque aos direitos dos indígenas, e um suposto combate à violência com o armamento da população. A equipe econômica de Bolsonaro já prepara uma nova ofensiva para dar sequência aos planos de acabar com a aposentadoria dos trabalhadores.

Para nossa categoria não há saída que não seja a intensificação de nossas lutas e mobilizações. Derrotar Kalil e arrancar os reajustes do **Piso Nacional da Educação** é nossa principal bandeira em defesa da Educação Pública, em conjunto com nossa pauta. Unidos com outras categorias continuaremos a enfrentar qualquer tentativa de retirada de direitos seja a nível municipal, estadual ou federal.



EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Av. Amazonas, 491 – Centro Belo Horizonte – MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.redebh.com.br

• DIRETORIA COLEGIADA

Departamento Administrativo Financeiro
Daniel Wardil, Clayton Santo, Claudia Lopes, Luci de Fátima

Departamento de Comunicação e Imprensa
Vanessa Portugal, Thiago Ribeiro, Conceição Figueredo, Paulo Henrique Fonseca

Departamento Jurídico
Andrea Carla, Helbert Marconi, Rosan Marcos, Sandra Maria Coelho.

Departamento de Formação Pedagógica e Sindical

Diego Miranda, Fátima Silvestre, Evangely Rodrigues, Suelane de Carvalho

Departamento Saúde do Trabalhador

Alan da Silva, Letícia Napomuceno, Gislane Oliveira

Departamento Previdência e Aposentados

Shirley Goes, Celeste Regiane

Departamento Cultural

Jacinta Gomes, Diana de Cássia, Luanna Grammont

Departamento Organização e Infraestrutura

Tatiane Ferreira, Maria das Dores Silva

Departamento Políticas Sociais

Fábio Liberato, Maria Lucia Ferreira, Raquel Batista Maciel, Luciane Batista

• IMPRENSA

Jornalista Responsável:
Diego Franco David
(Mtb 20555/MG)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Diego Franco David

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 10.000



TEMPO DE PLANEJAMENTO

A LUTA DA CATEGORIA pelo cumprimento do tempo de planejamento dentro da jornada de trabalho completou 10 anos.

É uma década de desrespeito da PBH ao direito do estudante de ter uma educação com uma qualidade aprimorada.

Afinal o curto tempo que, nós professores, temos para: planejar aulas; corrigir provas; realizar conselhos de classe;

pensar a individualidade de cada educando; afeta diretamente a qualidade e a potencialidade do nosso trabalho.

Desde o dia 16 de julho de 2018, o planejamento faz parte da Lei do Piso (Lei nº 11.738), mas pouco avançamos em seu cumprimento.

Em maio do ano passado, a categoria realizou um seminário que votou uma proposta para a PBH. Veja no box abaixo:

Negociações com o Governo Kalil

NO ANO PASSADO conseguimos um importante avanço, em relação a gestão passada da SMED, a compreensão do tempo de recreio não poderia mais ser computado no $\frac{1}{3}$ de planejamento. A PBH chegou a assinar uma proposta sobre o tema, com base na pauta votada pela categoria, porém acabou descumprindo o acordo.

A prefeitura alega que não existe possibilidade de ampliação do quadro existente nas escolas hoje, de forma a garantir imediatamente as 6h de planejamento sem que haja alteração de tarefas dentro da escola. Pelo mesmo motivo descrito acima, a prefeitura afirmou que não há possi-

bilidade, neste momento, de garantir recursos financeiros para oficineiros para implementar reuniões pedagógicas sistemáticas, sejam semanais ou quinzenais. A prefeitura se nega a colocar no papel os reais motivos para a não ampliação do quadro e a não garantia das reuniões pedagógicas. Mesmo que seja devido ao não repasse dos recursos do FUNDEB, por parte do governo do Estado.

Tal resposta da prefeitura, não dá outra alternativa à categoria, se não a necessidade de permanecer mobilizada e em luta, até que o acordo assinado seja cumprido. Um acordo que está apenas no papel, pouco nos serve.

ITENS VOTADOS PELO SEMINÁRIO E PELA ASSEMBLEIA GERAL DA EDUCAÇÃO (23/05/18)

- Contrário à redução de jornada proposta pela PBH de 22h30min para 21h excluindo o recreio da mesma;
- Manter os 10 minutos diários organizados com autonomia das escolas como é hoje;
- Reunião coletiva quinzenal de no mínimo 2h, garantida a partir da realização de projetos alternativos com os estudantes através de oficineiros;
- Aceitar neste momento a proposta de aumento de 5 para 6 horas de planejamento sem substituição (sem alterar a jornada).



Encaminhamentos:

- Lutar pela ampliação do quadro de professores para garantir as 7h de planejamento.
- A organização do quadro, mesmo dentro dos limites colocados pela prefeitura, deve ser uma decisão coletiva dos professores de cada escola.
- Continuaremos a entrar com as ações individuais das 7h de planejamento.



Relação dos documentos para entrar com a ação das 7 horas



AÇÃO 7 HORAS

1º - Solicito a aplicabilidade da lei nº 11.738/2008, que garante 1/3 (um terço) da jornada de trabalho do servidor, seja utilizado para realização do planejamento e preparação pedagógica (fora de sala de aula), nos termos do

posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal – através do julgamento da ADI 4767/DF, bem como o que determina a Lei Municipal nº 7577/98.

2º- Aguardar indeferimento.

Documentos necessários: Xerox da

identidade e CPF; 03 últimos contracheques; Processo Administrativo com o indeferimento; Comprovante de endereço; Fichas financeiras dos últimos 05 anos; Classificação do servidor; Hipossuficiência.

É HORA DE ARRANCAR OS REAJUSTES DO PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Os trabalhadores da Rede Municipal de BH exigem reajuste pelo índice do piso do magistério, em 2019, para jornada de 22h30 horas, com recomposição dos anos anteriores para o nível 1 da carreira de magistério.

A LUTA PELO REAJUSTE conforme o índice do Piso foi debatido em Seminário e deliberada em Assembleia da categoria. Também realizamos uma análise da evolução da receita nos últimos anos e levantamos propostas de organização e ações para iniciarmos o ano de 2019 em luta. Os representantes apontaram como proposta para a categoria que o centro de nossa campanha salarial/educacional em 2019 deve ser a recomposição de nosso salário-base. O entendimento é que esse eixo não é o único da pauta, mas ele deve ser o elemento central. São anos de reajustes miseráveis que só achatam nosso salário e precarizam nossas vidas. É necessário derrotar a política salarial de Kalil.

O índice reivindicado deve considerar, além das perdas inflacionárias, a variação do Piso Nacional do Magistério, da nossa tabela salarial e da arrecadação municipal (invocada pela PBH apenas quando lhe convém). As variações do Piso têm sido sistematicamente ignoradas pela prefeitura; a variação da arrecadação foi desprezada nos períodos em que superou a inflação; o mesmo aconteceu com os índices desta última.

Levando em conta que historicamente a balança tem pendido sistematicamente contra os direitos dos trabalhadores em educação, independentemente do parâmetro, cabe a nós reagir para que, finalmente, penda para o lado mais favorável a nós, recuperando o máximo possível do poder de compra que chegamos a ter nos últimos trinta anos.

Com base nessas considerações, o índice que apontamos corresponde à diferença entre os índices de reajuste

do Piso Nacional da Educação desde 2010 e os dos reajustes que acumulamos no mesmo período. Os parágrafos seguintes resumem o raciocínio que nos deve guiar.

No período de 2006 a 2017 a arrecadação da prefeitura aumentou 166,78%, enquanto a inflação foi de 90,57%. Os reajustes nesses 11 anos corresponderam a 57,12%. Isso representa 1/3 do aumento da arrecadação (correspondente a um reajuste possível de 109,66 %) e uma perda salarial relativa à inflação correspondente a pelo menos 33,45 %.

No período de 2010 a 2018 (pois a parte referente ao ano de 2009 está sub judice), o Piso teve uma variação de 158,36%, enquanto os reajustes em BH acumularam 55,38 %. Hoje, isso representa um reajuste necessário mínimo de 102,98 % (veja tabela ao lado). A reivindicação desse índice (102,98%) já foi protocolada junto a PBH, mas deverá ser acrescido do mais recente reajuste do Piso de 4,17%. Todos esses elementos – a defasagem de nosso salário, a diferença em relação ao reajuste do Piso e em relação ao aumento da arrecadação da prefeitura – devem ser a base de nossa discussão política na categoria e na comunidade escolar sobre a importância da valorização dos trabalhadores em educação.

Para 2019, com reajuste de 4,17%, o valor nominal do piso deverá ser de R\$ 2.557,73. Nossa luta também é para que o piso em BH seja pago para a nossa jornada de 22 horas e 30 minutos e não proporcional a 40h. Uma luta política pela valorização da educação da cidade.

Agora é a vez dos Trabalhadores em educação de BH lutarem pelo Piso.

NÍVEL	PBH 2017	PBH 2018	PISO
01	R\$1.451,93	R\$1.487,21	R\$3.018,73
02	R\$1.524,52	R\$1.561,56	R\$3.276,15
03	R\$1.600,75	R\$1.639,64	R\$3.439,96
04	R\$1.680,79	R\$1.721,63	R\$3.611,97
05	R\$1.764,83	R\$1.807,71	R\$3.792,57
06	R\$1.853,07	R\$1.898,09	R\$3.982,19
07	R\$1.945,72	R\$1.993,00	R\$4.181,31
08	R\$2.043,01	R\$2.092,65	R\$4.390,37
09	R\$2.145,16	R\$2.197,28	R\$4.609,89
10	R\$2.252,42	R\$2.307,15	R\$4.683,05
11	R\$2.365,04	R\$2.422,51	R\$5.082,42
12	R\$2.483,29	R\$2.543,63	R\$5.336,53
13	R\$2.607,45	R\$2.670,81	R\$5.603,35
14	R\$2.737,83	R\$2.804,35	R\$5.883,52
15	R\$2.874,72	R\$2.944,57	R\$6.177,70
16	R\$3.018,45	R\$3.091,79	R\$6.486,57
17	R\$3.169,38	R\$3.246,39	R\$6.810,92
18	R\$3.327,84	R\$3.408,70	R\$7.151,45
19	R\$3.494,24	R\$3.579,15	R\$7.509,05
20	R\$3.668,95	R\$3.758,10	R\$7.628,19
21	R\$3.852,40	R\$3.946,01	R\$8.278,72
22	R\$4.045,02	R\$4.143,49	R\$8.693,04

Em 2019 o piso já sofreu novo reajuste de 4,17%, essa porcentagem deverá ser somada a reivindicação já protocolada junto a PBH de 102,98%.

Chegou a hora de arregaçar as mangas e ir para cima contra o achatamento de nosso salário. O diálogo das escolas com suas comunidades serão essenciais nas próximas semanas para que ganhemos apoio para nossa campanha. O sindicato irá fazer sua parte com visitas, material para a população e divulgação em grandes meios de comunicação. Mas a grande ferramenta nossa continua sendo uma forte greve para que Kalil recue de sua política salarial e de uma valorização real ao conjunto da educação.

ESSA LUTA É DE TODOS NÓS E AS
CONQUISTAS TAMBÉM SERÃO!

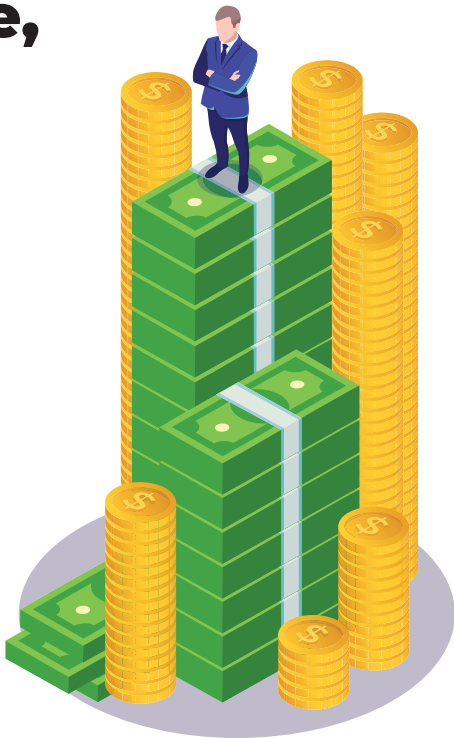
Quem é mais útil à sociedade, o professor ou o vereador?

Veja quanto ganham o prefeito, vice-prefeito, secretários, vereadores e um professor:

- Prefeito: R\$ 31 mil
- Vice-Prefeito e dos Secretários: R\$ 21 mil
- Vereadores: R\$ 16,5 mil
- Professor Municipal nível 1: R\$ 1.451,93

O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS da educação necessita de condições adequadas para ser realizado com sucesso. E garantir as condições de trabalho para os que estão em exercício na escola, tornando a profissão atrativa para a juventude, é responsabilidade do Estado, assim como assegurar qualidade de vida para os profissionais no momento da aposentadoria.

Valorizar os professores é condição fundamental para a melhoria da escola pública, e deve integrar as políticas públicas. Não podemos aceitar que os vereadores aumentem seus próprios salários 9,3% e ofereçam reajustes de apenas 2,43% para para os professores. Precisamos lutar contra essa injustiça!



VEREADORES DE BELO HORIZONTE

Reajuste de 9,3% + correções da inflação de acordo com o IPCA.



TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Reajuste de 2,43% (menor que a inflação, ainda não pago aos servidores).

CALENDÁRIO DE LUTA

Dia 22 - 19h - Reunião de Representantes- EJA

Dia 26 - 8h30 e 14h - Reunião de Representantes.

Março - Assembleia com Indicativo de Greve

FOI A GREVE QUE ME DEU!

NO ÚLTIMO PERÍODO teve início na sociedade brasileira uma campanha de desmoralização das organizações sociais, como os sindicatos, e suas formas de luta. Isso ocorreu, devido as grandes lutas coletivas dos trabalhadores, organizadas por sindicatos e movimentos representativos, que conseguiram vitórias e barraram retrocessos como a Reforma da Previdência, proposta por Temer.

Conhecer nossa história é sempre importante para trilhar os melhores

caminhos no futuro. Por isso o **Sind-RE-DE/BH** dará início, no mês de fevereiro, a Campanha: **“Foi a greve que me deu!”**

Iremos resgatar as principais lutas e conquistas de nossa brava categoria ao longo das últimas décadas. Valorizando nossos companheiros mais experientes e inspirando os mais jovens.

Participe, divulgando os materiais na sua escola, conversando com seus colegas e ajudando a escrever e contar essa história.



REAJUSTE DA EDUCAÇÃO 2018

O PL 656/2018

relativo ao reajuste dos Servidores da Educação já foi aprovado em primeiro e segundo turno. Mesmo aprovado nos dois turnos na CMBH, aconteceu um entrave que ainda impediu que o PL seja encaminhado para sanção do prefeito. A Diretoria Colegiada esteve presente diversas vezes ao longo dos meses de novembro

e dezembro, até o último dia letivo do ano para pressionar e exigir aceleração do encaminhamento desse pífio reajuste. Ao final ficou faltando transcorrer um prazo regimental de recurso, para que o PL fosse encaminhado para Kalil assinar. Com o recesso parlamentar, esse prazo foi suspenso e somente no dia 06 de fevereiro o projeto poderá sair da Câmara. Caso não haja nenhuma demora por parte da PBH na

assinatura, ele vira lei e o reajuste de 2,43% poderá ser incluído na folha de fevereiro, que recebemos em março.

No entanto não temos qualquer confirmação da prefeitura se será desta forma. A retroatividade do reajuste é de 01 de agosto de 2018 e de acordo com os representantes do Governo, será pago no mês subsequente à incorporação do reajuste ao salário.

PAGAMENTOS ATRASADOS:

Férias Prêmio, reajustes dos aposentados sem paridade e progressões na carreira

Até o o fechamento desta edição, os pagamentos estavam suspensos em virtude dos atrasos no repasses de verbas do Estado de Minas Gerais à Prefeitura.

Em um primeiro momento a Prefeitura havia afirmado que apresentaria um calendário para o pagamento destas dívidas com os servidores em setembro. Porém, devido ao atraso, a Prefeitura suspendeu a apresentação do calendário.

De acordo com seus representantes o calendário de pagamento dos direitos atrasado será feito quando o Estado voltar a fazer os repasses devidos. O mesmo se dará com o pagamento de Férias Prêmio. Como já dito na matéria sobre o piso (ilustrada pelos estudos encomendados pelo **Sind-REDE/BH**), os atrasos nos repasses de parte dos impostos do Estado à Prefeitura realmente existem, mas não justificam a suspensão de pagamento de nenhum direito do trabalhador. Fato que foi confirmado pelo próprio prefeito em declarações à imprensa, em que afirmou que não faltam recursos na Prefeitura de Belo Horizonte.

GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO

No dia 25 de setembro, a prefeitura publicou o decreto 16976, que determina que a concessão do gozo das Férias Prêmio só seria autorizado sem a liberação de um servidor para substituir quem estava tirando a licença. Isso, aplicado à realidade das escolas, na prática inviabiliza que os docentes possam usufruir desse direito. A suspensão desse decreto é parte de nossa luta, por isso convocamos os interessados a ingressarem com ações judiciais contra ele.

FÉRIAS PRÊMIO EM ESPÉCIE: COMO FICOU O DIREITO

Todos os professores que estão dentro da escola, com exceção dos cargos comissionados, direção, vice-direção, secretárias, coordenador(a) geral, têm direito ao recebimento em espécie.

Em relação aos cargos comissionados, ficou definido que o tempo em exercício nesses cargos será contado para a obtenção do direito às férias prêmio. No entanto, o direito apenas poderá ser requerido após deixarem o cargo comissionado.

PROGRESSÕES NA CARREIRA POR ESCOLARIDADE

As professoras da educação infantil passam a progredir 4 níveis na carreira a partir da obtenção de Curso Superior.

Após o primeiro Curso Superior, todos os professores do ensino fundamental e educação infantil têm direito a subir mais 5 níveis na carreira por escolaridade, que podem ser obtidos através de Pós-Graduação: 1 nível; Nova Graduação: 2 níveis; Mestrado: 2 níveis; Doutorado: 2 níveis. A novidade é que uma nova graduação foi incluída como possibilidade, para todos os servidores da PBH. No entanto, o limite da educação continua sendo de 5 níveis.

PAGAMENTO DE PROGRESSÕES POR ESCOLARIDADE

Oficialmente a Prefeitura nega a existência de qualquer entrave na concessão e publicação de Progressão por Escolaridade. Mas diversos trabalhadores procuraram o Sindicato com essa reclamação: “Que a SMED teria recebido orientação para que não fosse enviado nenhum novo processo ao RH”. Orientamos aos trabalhadores que estejam com esse problema a entrarem em contato com o **Sind-REDE/BH** para questionamento junto ao RH.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA EFEITO DE PROGRESSÃO NA CARREIRA

A partir de 2019, as Avaliações de Desempenho ocorrerão na mesma data para todos os servidores, entre dezembro e novembro. O período avaliatório de todos os trabalhadores será de 1º de janeiro a 31 de dezembro, independente do mês que o trabalhador entrou em exercício.

Para ser avaliado naquele período, o servidor deverá ter no mínimo 60 dias trabalhados. Fica excluída a avaliação dos pares. Após 1095 dias, todo servidor avaliado em 3 períodos avaliatórios fará jus a progressão, independente da nota alcançada. A prefeitura não poderá mais utilizar o prazo de 180 dias para executar e publicar as progressões. Se o fizer, o pagamento deverá ser retroativo. Em breve, publicaremos mais informações sobre o tema no site do **Sind-REDE**.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

As avaliações serão realizadas apenas pelas direções e pelo próprio servidor em autoavaliação. A mediação disso é que existem instâncias recursais. No entanto, essas instâncias são compostas majoritariamente pelo Governo. Desta forma teremos que acompanhar todo o processo para a elaboração da avaliação dos trabalhadores em estágio probatório. Orientações específicas sobre o tema serão elaboradas em breve.

ABONO FIXAÇÃO

A lista de escolas que fazem jus ao Abono Fixação foi reduzida à 10% das unidades do município. Portanto, muitas escolas deixaram de ter direito ao abono. De acordo com informações dada aos diretores de escola, o abono de fixação do semestre anterior será efetivado de acordo com nova lista. O **Sind-REDE/BH** está analisando este elemento e em breve enviará orientações à categoria.

LICENÇAS MÉDICAS

Licenças Médicas passam a ser consideradas efetivo exercício apenas para aposentadoria. Para direitos como quinquênio, férias prêmio e progressão na carreira, serão considerados apenas 15 dias de licença. A Licença Maternidade está reconhecida como efetivo exercício para todos os fins.

REAJUSTE DA DOBRA INCORPORADA

Foi regulamentado o reajuste da dobra incorporada à aposentadoria de acordo com a recomposição salarial da categoria. No entanto, a luta pelo pagamento dos retroativos continua.

REFORMA TRABALHISTA,

OS ATAQUES AOS NOSSOS DIREITOS SEGUEM!

NO ÚLTIMO MÊS DE NOVEMBRO

completou 1 ano que Temer sancionou a Reforma Trabalhista. Essa nova lei aprofundou a exploração do trabalhador com autorização de jornadas de trabalhos maiores, menor tempo de intervalo, trabalho intermitente, enfraquecimento das leis da CLT, férias com maior parcelamento e um longo etc. A promessa era que essas ações iriam aumentar a criação de emprego e tirar muita gente da informalidade. Os dados oficiais divulgados apontam que não foi o aconteceu. Sempre foi tudo uma enganação para conseguir a aprovação.



Agora o governo Bolsonaro dá sequência ao ataques aos nossos direitos fechando o Ministério do Trabalho. Essa ação não é uma simples reorgani-

zação administrativa, ela tem um objetivo: Enfraquecer e desmontar as instituições que de maneira, ainda que precária, faziam a fiscalização e controle

da aplicação das leis trabalhistas.

É necessário que a classe trabalhadora se organize para impedir mais retirada de direitos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A GRANDE MÍDIA a bastante tempo insiste na necessidade da reforma da previdência. Mesmo após a realização das reformas trabalhista (Lei N° 13.467/17) e Lei da terceirização (Lei N° 13.429/17), a ganância dos banqueiros motiva a falsa propaganda de uma quebra do sistema previdenciário. Com a escolha de Paulo Guedes para comandar o ministério da economia no governo de Jair Bolsonaro (PSL), o sistema financeiro se animou ainda mais com a possibilidade de abertura deste mercado.

Bolsonaro diz que vai realizar a reforma da previdência em diversas etapas. A medida anunciada será a ampliação do tempo de contribuição e definição de idade mínima para a aposentadoria. As propostas variam de 62 a 65 anos para mulheres e de 65 a 67 para homens, com um mecanismo de aumento progressivo da idade toda vez que a expectativa de vida dos brasileiros aumentar. Bolsonaro e Guedes também pretendem igualar a idade entre homens e mulheres, acabar com a aposentadoria especial para professores e trabalhadores rurais, mantendo apenas os militares no regime especial.

No entanto, a medida central de Paulo Guedes é implantar “sistema de capitalização individual”, conhecido em outros países latino-americanos como sistema das Administradoras dos Fundos de Pensão (AFP). Em substituição ao sistema INSS, Guedes quer implantar uma previdência que tem como base a poupança individual. Desta forma, substituir gradativamente o INSS por contas de poupança individual. O trabalhador então terá uma espécie de conta poupança em uma AFP que será devolvida ao se aposentar.

NÃO VAMOS PAGAR ESSA CONTA!

Em 2019 já está mais difícil aposentar para a maioria dos trabalhadores. Com a Lei 13.183/15, sancionada por Dilma Rousseff (PT) há o acréscimo de 1 ano ao fator 85/95 a cada dois anos até 2026, ano em que a soma dos anos contribuídos e a idade dos trabalhadores deverá somar 90 para as mulheres e 100 para os homens. Felizmente esta regra não se aplica aos professores e professoras. Contudo, diversos governos planejam aumentar a contribuição dos servidores para 14% como é o caso do governo Kalil.

Os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte já demonstraram sua força em 2017 quando foram realizadas diversas manifestações e também a greve geral contra a reforma tentada por Michel Temer (MDB). Neste sentido, o Sind-REDE/BH não medirá esforços para mobilizar toda a categoria em defesa da Previdência. As Centrais Sindicais já estão convocando, para o dia 20 de fevereiro, uma Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora. Será um dia nacional de luta e mobilização com a orientação de que, neste dia, sejam realizados atos e manifestações para apoiar essa importante atividade.



DE
NÚN
CIAO QUE QUEREM COM O PROJETO
ESCOLA SEM PARTIDO?

UMA ESCOLA SEM PARTIDO é uma escola que possibilita e estimula a pluralidade e o debate de ideias. Todos nós defendemos que as escolas públicas devam ser laicas, sem religião e sem partido. Queremos que nossos estudantes, pais e responsáveis participem do debate de como nossas escolas devam ser organizadas e da discussão dos mais diversos assuntos.

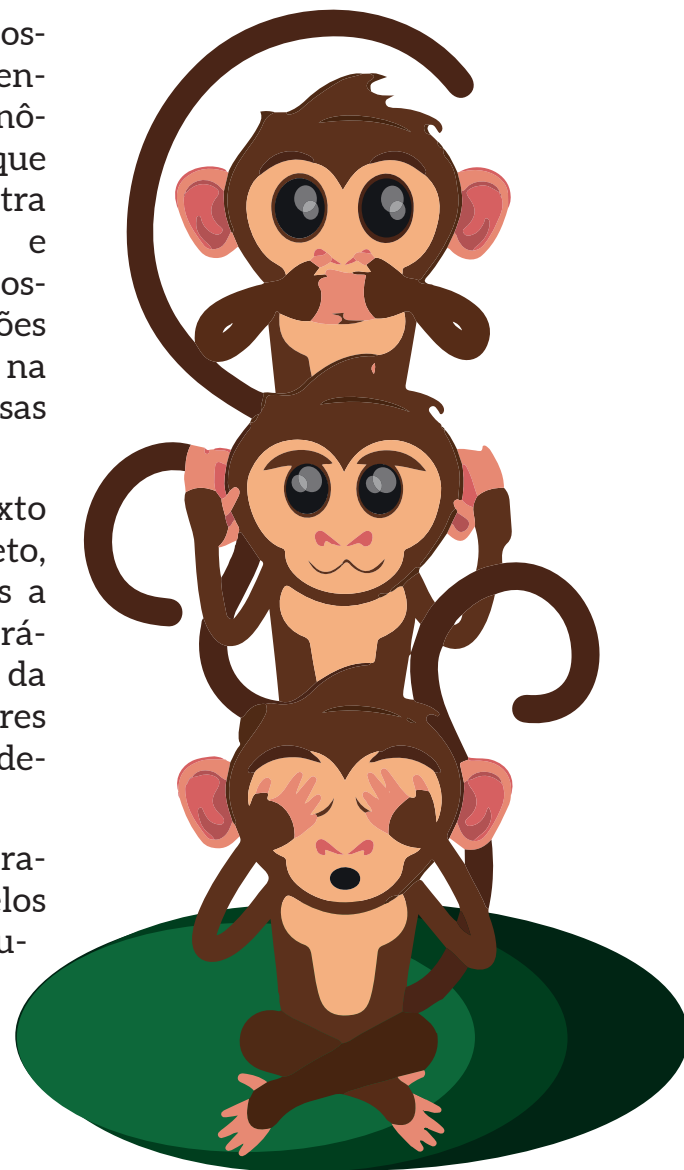
Uma escola onde só um tipo de ideia pode existir é uma escola com partido, é uma escola que perde em conhecimento.

Mas, o que os projetos de lei intitulados “**Escola sem Partido**” na verdade propõem é uma escola de **partido único**. Os defensores do projeto, em sua maioria, querem que eliminemos das escolas os debates e discussões sobre a realidade de nosso país. Não há como uma escola não discutir as desigualdades sociais, religiosas, estéticas e de orientações sexuais que existem em nossa sociedade e que

existem dentro das escolas. É impossível que as escolas sejam indiferentes às imensas desigualdades econômicas e sociais, ao preconceito que leva a uma enorme violência contra trabalhadores pobres, negros e negras, indígenas, mulheres, homossexuais e travestis. Estas questões não estão nas nossas ideias, mas na realidade, nas ruas, em nossas casas e nas escolas.

Nas propagandas e mesmo no texto da lei, os idealizadores do projeto, incentivam as crianças e jovens a vigiarem seus professores. Esta prática tem estimulado o aumento da violência contra os trabalhadores dentro das escolas, e isso não podemos aceitar.

Ninguém pode impedir que os trabalhadores de educação lutem pelos seus próprios direitos e pelos estudantes. Não podem impedir que digam aos nossos estudantes que todos devem lutar pelo seus direitos.

**MAIS UM CRIME CONTRA A VIDA
COMETIDO PELAS MINERADORAS
E GOVERNANTES CONIVENTES.****MEIO
AMBI
ENTE**

*Impacto da tragédia ainda não foi calculado
Reprodução/Instagram*

NO DIA 25 DE MAIO o país e o mundo se comoveu e indignou com mais uma tragédia provocada pelo rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Vale.

Centenas de mortos e um impacto ambiental incalculável. Tudo isto porque as mineradoras aumentam o ritmo de produção de uma forma inaceitável e utilizam um método bastante atrasado para descartar o lixo.

As barragens não precisam mais existir e isto já deveria ser

lei no Brasil.

Vamos lembrar a Vale era uma empresa do estado, foi vendida a preço de banana, de lá para cá aumentou o ritmo de exploração, diminuiu o número de trabalhadores, diminuiu as medidas de segurança e nem impostos pagam.

Exigimos o apoio às vítimas, a punição dos culpados e mais que seja mudada a legislação para impedir que novos crimes aconteçam.